



## PRÁTICAS ESPACIAIS DE R-EXISTÊNCIAS DO MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS: GEO-GRÁFIAS DESCOLONIAIS EM EXPERIÊNCIAS, VIVÊNCIAS E ATIVISMOS

Ana Beatriz da Silva<sup>1</sup>

### RESUMO

A presente pesquisa tem como horizonte analisar grupos e/ou coletivos que fazem parte do Movimento de Mulheres Negras do Rio de Janeiro/RJ, através do Fórum Estadual de Mulheres Negras (FEMN/RJ), e de suas práticas espaciais de r-existências, voltadas para as experiências, vivências e ativismos na cidade do Rio de Janeiro. Vislumbramos compreender como a Geografia, a partir de uma leitura escalar das intervenções provocadas por tal movimento social, pensa as estruturas burocráticas nas relações instituídas e na forma de apropriação, produção de práxis, conhecimentos, saberes e lutas emancipatórias no seu território de ação. Para tanto, o referencial teórico-metodológico se insere nas discussões sobre a geo-grafia descolonial do Movimento de Mulheres Negras/RJ, as políticas de escalas, categorias de análises como, raça, práticas espaciais e movimento social e de como este, se estabelece no espaço geográfico, sobretudo por meio das interseccionalidades e relacionalidades reconhecidas como fontes para abordagens que favorece contra narrativas e rupturas com o instituído. Partiu-se de uma metodologia qualitativa em compreensão a *geograficidade* do movimento social e seu lugar de enunciação, baseado na sua perspectiva multidimensional, com investigação militante, entrevistas semiestruturadas e observação participante que possibilitará observar as experiências, vivências e os caminhos percorridos das mulheres negras em suas ações. Sugere-se que os resultados esperados estão em estruturação, porém, percebemos até aqui, estas experiências de lutas sociais, possuem horizontes para um pensamento descolonial na produção de outros conhecimentos, metodologias vinculadas à teoria e práxis para construção de uma geo-grafia descolonial advinda desse movimento social.

**Palavras-chave:** Geo-grafias descoloniais, Práticas espaciais, Raça, Escalas, Movimento Social

### ABSTRACT

This research aims to analyze groups and/or collectives that are part of the Black Women Movement of Rio de Janeiro/RJ, through the State Forum of Black Women (FEMN/RJ), and their spatial practices of r-existence, focused on experiences, experiences and activism in the city of Rio de Janeiro. We intend to understand how Geography, from a scalar reading of the interventions provoked by such social movement, thinks about bureaucratic structures in established relations and in the form of appropriation, production of praxis, knowledge, knowledge and emancipatory struggles in its territory of action. The theoretical-methodological framework is inserted in the discussions about the decolonial geography of the Black Women's Movement/RJ, the politics of scales, categories of analysis such as race, spatial practices and social movement and how this is established in the geographic space, especially through intersectionalities, relationalities recognized as sources for approaches that favor counter narratives and ruptures with the established. We started with a qualitative methodology in understanding the geographicality of the social movement and its place of enunciation, based on

---

<sup>1</sup>Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal Fluminense. E-mail: an\_silva@id.uff.br, Coordenadora de pesquisa e campo na Casa das Pretas/RJ, Pesquisadora da Educação Básica na Uniperiferias e Ativista do Movimento de Mulheres Negras no Brasil.



its multidimensional perspective, with militant research, semi-structured interviews and participant observation that will make it possible to observe the experiences, experiences and paths taken by black women in your actions. It is suggested that the expected results are still being structured, however, we have seen so far, these experiences of social struggles have horizons for decolonial thinking in the production of other knowledge, methodologies linked to theory and praxis for the construction of decolonial geography arising from this social movement.

**Keywords:** Decolonial geographies, Spatial practices of resistance, Race, Scales, Social Movement

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta parte da minha pesquisa de doutorado, na qual consideramos a temática de suma importância e de um empenho para novos horizontes geográficos e segue em fase de desenvolvimento, por meio de escavações e amadurecimento contínuo por tentar trazer outras ancoragens na Geografia e nos Movimentos sociais e suas interseccionalidade e relacionalidades<sup>2</sup> no espaço geográfico. A justificativa se dá por entendermos que embora nos últimos dez anos, pesquisas sobre Movimentos Sociais e Mulheres Negras venham crescendo na área da Geografia, sobretudo, depois dos inícios dos anos 2000, Cirqueira e Côrrea (2014, pág.41) nos ajuda com a seguinte afirmação:

“ identificamos que as ausências nos debates sobre questão racial e de gênero” com abordagens geográficas, nos programas de pós-graduação em Geografia no país e com isso, são consideráveis. E, portanto, ainda “devemos enfatizar que o número ainda é irrisório frente à dimensão ampla que o debate insurge atualmente na sociedade brasileira e com certeza a Geografia tem muito a contribuir para esse debate” (CIRQUEIRA e CÔRREA, 2014, pág.41).

Os autores perceberam que apesar de um nítido aumento das produções em Programas de Pós-Graduação em Geografia em nosso país sobre a temática racial com abordagens geográficas, principalmente, ligadas à dimensão do espaço e das relações étnico-raciais em dezessete trabalhos, somente um deles abordava a atuação do Movimento Negro, e três, tratavam sobre gênero e trabalho. Outra justificativa se coloca na leitura socioespacial, racial e escalar do Movimento de Mulheres Negras/RJ que se torna ferramenta imprescindível para o nosso trabalho e com a visão filosófica em que se

---

<sup>2</sup> A ideia da relacionalidades atravessa muitas pesquisas e práticas interseccionais, nós a colocamos como conceito pela sua relação de sinergia entre investigação e práxis como dimensão da interseccionalidade (COLLINS 2020, pág. 72).



pensa a emissão de sujeitas outras das ações, pode ser valorizada para se avançar na conformação epistemológica e pensar o lugar de enunciação<sup>3</sup> desta autora.

Dentre de nossos objetivos, incluímos analisar grupos e/ou coletivos<sup>4</sup> que fazem parte do Movimento de Mulheres Negras do Rio de Janeiro/RJ, através do Fórum Estadual de Mulheres Negras (FEMN/RJ), a partir de suas práticas espaciais de r-existências, voltadas para as experiências, vivências e ativismos no Rio de Janeiro, em face à emergência da luta por uma política pública antirracista e antissexista direcionadas à população negra do RJ. Interessa-nos especificamente, examinar como a Geografia, a partir de uma leitura escalar das intervenções provocadas pelo movimento social, ajuda a pensar as estruturas burocráticas nas relações instituídas e na forma de apropriação, produção de práxis, conhecimentos, saberes e suas lutas emancipatórias. O marco temporal do trabalho é entre os anos de 2015<sup>5</sup> e 2019.

As questões teórico-metodológicas se inserem nas reflexões que dialogam sobre raça, políticas de escala, práticas espaciais de r-existências e dos movimentos sociais, estabelecendo interações entre essas categorias de análises, interseccionalidades e relacionalidades, através das práxis e luta social com a reflexão crítica e teórica da geografia descolonial e de um pensamento *outro*, seja dentro e fora da ciência geográfica que possa favorecer contra narrativas e rupturas com o instituído. A multidisciplinaridade será uma constante neste trabalho, pois para a compreensão do espaço geográfico é necessária uma inter-relação epistemológica entre diferentes áreas do conhecimento. Assumimos, portanto, uma metodologia qualitativa em compreensão a “*geograficidade* do movimento social” e seu lugar de enunciação, baseado na sua perspectiva multidimensional, a partir da investigação militante, entrevistas semiestruturadas com as

---

<sup>3</sup> O essencial aqui é o lócus de enunciação, ou seja, o lugar geopolítico e o corpo político do sujeito que fala. Na filosofia e nas ciências ocidentais, aquele que fala está sempre escondido, oculto, apagado da análise. O “ego política do conhecimento” da filosofia ocidental sempre privilegiou o mito de um “Ego” não situado. O lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero e sujeito enunciador encontra se, sempre, desvinculados (GROSFOGUEL, 2008, pág. 119).

<sup>4</sup> As organizações, coletivos, grupos associados ao Fórum Estadual de Mulheres Negras/RJ, somam em torno de 74 cadastros de organizações representativas do Movimento de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, que fazem parte do FEMN/RJ e estão distribuídas espacialmente em várias frentes (32 municípios), através de várias coordenações municipais e uma coordenação estadual, em diferentes regiões do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>5</sup> A escolha se dá devido a realização da 1º Marcha Nacional das Mulheres Negras em Brasília em 18 de novembro de 2015. Acreditamos nesta data como chaves para abertura de diversos processos sociais, políticos, culturais etc.



mulheres negras organizadas politicamente (casos paradigmáticos<sup>6</sup>) e a observação participante que nos possibilitará observar as experiências, vivências e os caminhos percorridos por elas em seus ativismos no Rio de Janeiro.

Desse modo, pensando de como se relacionam os movimentos socioespaciais (FERNANDES, 2005, pág.30-31) no espaço geográfico, através de suas dimensões, sociais, políticas, culturais, ambientais, econômicas etc., nos deparamos com um contexto de ações, mobilizações, estratégias–organizativas e concepções da luta política do Movimento de Mulheres Negras, em que este autor nos ajudar a compreender o espaço:

a produção ou a construção do espaço acontece pela ação política, pela intencionalidade dos sujeitos para transformação de suas realidades. Os espaços políticos são reproduzidos pelo movimento da ação, constituindo a espacialização. Os conteúdos desses espaços são manifestados por suas inerências: a espacialidade e a espacialização são propriedades do espaço em seu movimento (Ibid., 2005, pág.30).

Entendemos, portanto, que alguns movimentos geram e elaboram espacialidades, por meio de sua espacialização, dessa forma, para além de investigarmos as práticas espaciais de r-existências (PORTO-GONÇALVES, 2006, pág.26) do Movimento de Mulheres Negras na luta contra as desigualdades e opressões existentes, em contextos de mobilizações construídas na busca por direitos básicos, em defesa das suas territorialidades humanas, bem como, compreendemos o impacto que este exerce nas políticas públicas de combate ao racismo e seus desdobramentos no seu território de ação, será fundamental compreender as relações constituídas e constituidoras nos espaços e territórios, considerando essas representações em diferentes ações multi e interescales, por meio das disputas políticas, sociais, raciais, econômicas e de poder.

Trata-se, portanto, de um movimento social que na sua espacialização, desencadeia determinadas ações cujo objetivo é exteriorizar a política do movimento social, dando-lhe visibilidade as suas demandas e proposições, inserindo-o na “agenda de debates da sociedade e estabelecendo, desse modo, espacialidades, a disputa política e cultural” (FERNANDES, 2000, pág.62).

---

<sup>6</sup> Trata-se de uma noção essencial que se baseia na concepção do paradigma de Malheiros e Cruz (2019) que afirmam ser possível trabalhar com a ideia de que determinados casos empíricos podem funcionar metodologicamente enquanto paradigmas para compreendermos fenômenos e contextos mais amplos da pesquisa.



## REFERENCIAL TEÓRICO

Em termos de fundamentação teórico-conceitual este trabalho incorpora com empenho e esforço, em inserir, inspirar e construir no campo da Geografia brasileira, uma perspectiva epistemológica vinda do Sul, pós-colonial com pensamento *outro* e crítico na edificação de uma geo-grafia descolonial, a partir do Movimento de Mulheres Negras. Sendo assim, elaborar uma pesquisa sob tal perspectiva é um desafio, por considerar aportes antes desconhecidos no tocante ao corpo de conhecimentos aqui trazidos, ao mesmo tempo, reconhecendo diálogos com outras formulações filosóficas e sociológicas, garantindo um verdadeiro “pensamento liminar” (MIGNOLO, 2003), a partir de vivências e experiências, baseados em lutas, movimentos e em diferentes “lugares de enunciação mantendo nossas especificidades históricas e geográficas” (CRUZ, 2017, pág.29).

Nesta perspectiva, achamos relevante utilizamos a categoria raça como ponto central para a nossa discussão racial, entendendo o conceito de raça, não sob um viés biológico, em que Aníbal Quijano (2007, pág. 45), nos contribui que “raça é um construto ideológico (social) sem qualquer relação com a estrutura biológica do ser humano, mas, sim, como uma perspectiva socialmente construída com base no processo histórico das relações sociais e de poder, colonial/moderno, eurocentrado/patriarcal” presente no espaço geográfico. Seguindo tal raciocínio, raça engendrou e se tornou o resultado da dominação colonial moderna, constituindo todos os âmbitos do poder mundial capitalista. A raça, portanto, é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural, uma vez que se baseia numa forma de classificação social que impõe atitudes negativas relacionadas a certos indivíduos e grupos sociais invisibilizados e subalternizados. E conforme entendemos:

[...] mostra-se profunda, perdurável e virtualmente universal, a admissão de que raça é um fenômeno da biologia humana que tem implicações necessárias na história natural da espécie e, em consequência, na história das relações de poder entre as pessoas. Nisto se radica, sem dúvida, a excepcional eficácia deste moderno instrumento de dominação social. Não obstante, trata-se de um evidente constructo ideológico que não tem, literalmente, nada a ver com nada na estrutura biológica da espécie humana (QUIJANO, 2007, p.45).

Sendo assim, pensar a classificação social e universal da população mundial a partir da ideia de raça demonstra a centralidade dessa classificação para a colonialidade. Ou seja, quando falamos da raça, racismo nos remeteu não só à colonialidade do poder,



mas, também à colonialidade do ser, do saber e da natureza. Chama nossa atenção o argumento desenvolvido por Ramón Grosfoguel (2008):

indo um passo além de Quijano, conceptualizo a colonialidade do poder como um enredamento ou, para usar o conceito das feministas norte-americanas de Terceiro Mundo como uma interseccionalidade [...] de múltiplas e heterogêneas hierarquias globais ('hierarquias') de formas de dominação e exploração sexual, política, epistêmica, econômica, espiritual, linguística e racial, em que a hierarquia étnico-racial do fosso cavado entre o europeu e o não europeu reconfigura transversalmente todas as estruturas globais de poder. O que a perspectiva da 'colonialidade do poder' tem de novo é o modo como à ideia de raça e racismo se torna o princípio organizador (GROSFOGUEL, 2008, p. 134).

Dessa forma, o racismo, conforme o autor, não é a única manifestação da colonialidade do poder, mas, com certeza, nas relações sociais cotidianas, e é a mais perceptível e onipresente. Justificando-se, assim, ser esse o principal campo de conflito. Com isso, o racismo define clivagens sociais e hierarquiza indivíduos, grupos, a partir de suas identidades raciais e de gênero, provocando processos de resistências e r-existências (PORTO-GONÇALVES, 2006, pág.26), por meio de "lutas grafadas no espaço" (SANTOS, 2011, RATTS, 2014) com antagonistas que se configuram nas arenas de disputas, de sentidos e de poder.

Sob esta perspectiva, há uma "dimensão racial no espaço" (GUIMARÃES, 2015) que não se resume simplesmente à ocupação física de indivíduos no espaço, antes perpassa pelas construções simbólicas, não só contidas no espaço, mas presentes nas relações intersubjetivas com este. Entendemos que tal dimensão, propõe uma perspectiva espacial e temporal para ser possível compreender as relações de poder, estratégias políticas, imposições e apropriações culturais que geram dominados e dominantes, ou seja, processos hegemônicos, perpassando o fator classe, e a hierarquia cultural estabelecida pelo racismo" (GUIMARAES,2015, pág.227).

De fato, isso nos auxilia a compreender, o Movimento de Mulheres Negras do Rio de Janeiro através do FEMN, em que aponta configurações sócio-espaciais por meio das experiências, vivências e ativismo, que são atravessadas por "interseccionalidades e relacionalidades", indispensáveis à conjuntura sociopolítica de impedimentos e de lutas sociais/territoriais travadas por esses "corpos políticos" (CRENSHAW,2002, COLLINS, 2020, BUTTLER, 2008). Cabe sabermos, que a interseccionalidade evoca as diferenças e desigualdades existentes via os marcadores sociais da diferença estabelecidos pela





sociedade. bell hooks (2003) nos explicita trazendo “uma crítica global e sistêmica do conjunto das opressões em jogo e, ao interseccioná-las, jamais prescinde da crítica à dominação classista, racista e machista”. Com isso, pensar nas questões interseccionais, levou-nos a perceber como os processos hierárquicos resultam distintos marcadores, nos remetendo em proposições sociais e políticas das mulheres negras organizadas politicamente via os movimentos sociais e os aportes filosóficos, históricos e geográficos no espaço.

Isto posto, construir e propor uma agenda antirracista, antimachista e pelo *bem viver* o Movimento de Mulheres Negras, assume buscar a “dimensão espacial do fazer político no âmbito dos movimentos sociais” (SANTOS, 2011), através da prática espacial que é “uma prática social” (SOUZA, 2013, pág.241) segundo Marcelo Lopes de Souza. O que nos resulta em dizer que não existem práticas espaciais que não são sociais e que não existem práticas sociais independentes do espaço. Nesta proposição, constitui-se que as práticas espaciais:

são práticas sociais em que a espacialidade (a organização espacial, a territorialidade, a ‘lugaridade’...) é um componente nítido e destacado da forma de organização, do meio de expressão e/ou dos objetivos a serem alcançados. Toda prática espacial, assim como, mais amplamente, toda prática social, é uma ação (ou um conjunto estruturado de ações) inscrita nos marcos de relações sociais (SOUZA, 2013, pág. 241).

A nosso ver às práticas espaciais, nos remete ao controle, apropriação do espaço como produto, condição e meio de suas existências tanto em forma material quanto simbólica, com isso, compreendemos o Movimento de Mulheres Negras, por meio de suas estratégias-organizativas, intervenções através de suas práticas de r-existências mobilizadas pela suas percepções de mundo, da vida, da agenda política, dos saberes e práxis desenvolvida decorrente do seu cotidiano de luta, a fim de, posicionar pautas de combate ao racismo e ao sexismo e pelo bem viver.

A prática, assim como a resistência, é um termo polissêmico, e, portanto, concebemos as práticas espaciais nos movimentos sociais como aparece no que Souza (2013) evoca ao analisar as ações coletivas e ativismos<sup>7</sup> como um conjunto de práticas espaciais insurgentes, que são ações diretas junto ao Estado, buscando a práxis, ou seja,

---

<sup>7</sup> A elaboração da classificação e diferenciação de ativismo e ações coletiva está em Souza (2006) para entendimento de tais categorias.



a transformação social. Para o autor, tais práticas espaciais, são entendidas como insurgentes, pelo seu caráter contestador e que está estabelecido na sociedade moderna/colonial e sua espacialização se dá de maneira diferente, por atender as demandas dos sujeitos e sujeitas envolvidas nessas lutas grafadas no espaço. É importante perceber que a concepção que utilizamos de “r-existências”(PORTO GONÇALVES,2006, pág.26) é assimilada neste trabalho da seguinte forma: na busca das identidades, reafirmação e das territorialidades humanas que buscam as mulheres negras organizadas politicamente, por meio de forças contemporâneas e da coletividade da luta social pela existência da vida através da mobilização e ação provocada pelo movimento social.

Concordamos com Renato Emerson Santos (2015) ao afirmar que a partir da ação e mobilização no processo político das construções de agendas reivindicativas, pelo movimento social, há em curso “uma geografia da ação, centrada no suporte conceitual da escala (concepção política), que nos auxilia ao entendimento da emergência de políticas de combate ao racismo no Brasil contemporâneo” (SANTOS,2015, pág.79), em particular, nas políticas públicas voltadas para as mulheres negras.

A partir da concepção política da escala, como categoria a ser analisada, entendemos, com base em Souza (2013), a escala de ação“ abrangência de ação coletiva programática ou consciente, como resistências, lutas e movimentos sociais” (ibidem, 2013, pág. 181) inserida neste processo que são construções sociais e políticas dadas a partir das relações de poder, e, por isso a emergência em se debater a respeito tanto das relações raciais como também das relações de gênero, classe e sexualidade, interseccionalidades e relacionalidades posicionadas desde a década de 1980 pelo Movimento de Mulheres Negras/RJ.

Assim, o foco nas políticas públicas para a população negra por direitos básicos, através destas suas lutas sociais por direitos básicos, através das gramáticas de lutas ou, na verdade, “lutas territoriais” (ZIBECHI,2015), inferimos, portanto, que a escala é socialmente construída. Sob esta perspectiva, a escolhemos para confirmar aquilo que percebemos e concebemos, no espaço-tempo dos sujeitos sociais, dos objetos e das ações que constroem o espaço geográfico (SANTOS, 2015, pág. 73).

Nesse sentido, a escala são processos das realidades, por meio das interligações entre os sujeitos sociais e os fenômenos socioespaciais existentes que estão orientados





nas disputas dos jogos de poder. A multiplicidade de termos mostra a diversidade de formas como sujeitos sociais subalternos [no caso os movimentos sociais] utilizam as escalas da política para fazer uma “política de escalas” (SANTOS, 2015, pág.75), ao mobilizar, em múltiplos processos escalares (local, regional, nacional, global), sujeitos sociais e recursos para pensar os ordenamentos das escalas e do poder. Dessa maneira, a política de escalas sendo promovida pelos próprios movimentos sociais, provoca outras possibilidades de construção, manutenção e imposição das agendas nas diversas arenas de disputas políticas, permitindo juntar numa mesma leitura “a complexidade dos jogos políticos organizados de forma multiescalar” (SANTOS,2015, pág.76), mantendo o protagonismo dos sujeitos do movimento social, nesse caso, o Movimento de Mulheres Negras.

Além da escala, temos outro fator importante e necessário para o trabalho, é o conhecimento dos movimentos sociais como categoria de análise geográfica/espacial que “é condição essencial para a elaboração da teoria” (FERNANDES, 2000, pág. 60), a partir de suas práticas espaciais e territorialidades humanas constituintes dos processos de lutas e disputas nas mais diversas arenas de disputas políticas. Segundo o autor, esta leitura geográfica dos movimentos sociais, se dá a partir de processos geográficos, como a espacialização e territorialização, possibilitando para além das construções teóricas conceituais de outras áreas das ciências sociais e humanas, e assim, a ciência geográfica acaba por construir outros referências teóricos e metodológicos para os movimentos sociais, para além das formas organizativas e estruturais existentes, e sim, inserido em outras análises espaciais, através de sua “ação categoria política, sociológica e espacial, geográfica” (SANTOS, 2011, pág. 28).

Nesta perspectiva espacial/territorial do movimento social que analisamos até aqui, que tem como a finalidade alcançar direitos básicos e humanos, no combate ao racismo, o sexismo e pelo bem viver, compartilham de certa forma, objetivos comuns, sem deixar de se tornar um grupo caracterizado pela homogeneidade abstrata, pois é “considerada as experiências e vivências dessas mulheres negras organizadas politicamente e suas individualidades”(SILVA, 2018, p. 65) para a categoria. Tais movimentos sociais, portanto, vão buscar redefinir suas escalas, através de sua força política (definida pela sua capacidade de articulação e seu grau de organização), e, com isso, redefinir as escalas políticas de ação. Para Sueli Carneiro (2003,pág.129), as



mulheres negras organizadas politicamente, resistem e reexistem e “vem desenhando novos cenários e perspectivas para as mulheres negras e recobrando as perdas históricas”. Nesta lógica, a partir das práticas espaciais de r-existências, o Movimento de Mulheres Negras/RJ, ganha força e visibilidade, por meio de novas práxis, que não só enfrentam a desigualdade, mas também, o reconhecimento das diferenças, intensificando outros “quadros teóricos e analíticos para incluí-los como fatores relevantes para a compreensão da realidade socioespacial e sociopolítica” (CRUZ, 2014, pág. 40).

Desse modo, captar esses “*novos*” movimentos sociais é também entender como se estabelecem no espaço, emergindo as suas territorialidades humanas. Assim, os movimentos sociais devem ser considerados como uma forma de ação coletiva, que expressam conflitos entre sujeitos antagônicos; permitindo solidariedade, repartindo uma identidade coletiva entre os sujeitos sociais e provocando rupturas com os limites do sistema em que ocorre a ação (MELLUCI, 2001). Nesse giro epistêmico, espacial, racial, de gênero e político, *desde abajo*, nos ancoramos nas muitas possibilidades e formas de mobilizações do Movimento de Mulheres Negras, pois “as questões negras, são questões espaciais, [a partir] do deslocamento da diferença” (MCKITTRICK, 2006). Neste sentido, pensar em uma nova *geo-grafia* descolonial via diferentes movimentos sociais, aqui o Movimento de Mulheres Negras, como propõe Porto-Gonçalves (2006), é ressignificar o espaço, através de novos signos e símbolos que grafam a terra e reinventam a sociedade.

## **METODOLOGIA**

Neste trabalho, estaremos atentos às perspectivas metodológicas de investigação que é de extrema importância para a realizá-lo, visto que o estudo desses métodos orientará os caminhos e os posicionamentos para averiguação das movimentações socioespaciais do Movimento de Mulheres Negras/RJ que são dinâmicos e complexas. Para se compreender a “*geograficidade* do movimento social” (PORTO-GONÇALVES, 2006) que compõe a questão do espaço-tempo das lutas grafadas no espaço, vivenciadas, experienciadas, a partir da construção de outras narrativas acerca desse movimento social, será utilizada a metodologia qualitativa a partir do seu lugar de enunciação, baseado na sua perspectiva multidimensional.



Diante disso, deve-se ressaltar a inexistência de neutralidade na ciência e na pesquisa, uma vez que estas são influenciadas – além do contexto epistemológico, que tem a perspectiva descolonial, crítica, com um pensamento *outro*, e o desafio estabelecido na construção de outras possibilidades de “pluriversidade” (SANTOS, 2004) de saberes e conhecimentos antes invisibilizado, para, de alguma maneira, alcançarmos a função do giro espacial que nos recoloca em “um processo em disputa que se desenvolve em diferentes espaços, tanto no âmbito estatal, quanto acadêmico e dos movimentos sociais” (MALDONADO-TORRES, 2007, pág.137).

Salientamos como enfatiza Maria Eugenia Borsani (2011, pág.34) “[...] não há possibilidade de um único desenho e/ou protocolo metodológico quando se trata de abordagens decoloniais”. E, portanto, é imprescindível pensar, agir, investigar e acreditar nessa construção epistêmica de disputa de sentidos. Desse jeito, a relação entre investigadora e a sujeita investigada se dará a partir da investigação militante, onde o sujeito investigador considera sua trajetória tanto na participação em lutas sociais como em processos de elaboração teórica (BARTHOLL, 2018), articulando o trabalho com a ação política e práxis em uma geo-geografia descolonial em movimento.

Assim, baseado em Catherine Walsh (2013) acredita que devemos nos posicionar em práticas e pensamentos na busca de outros conhecimentos, saberes plurais vindos do Sul, baseados na vida e na luta, e dos movimentos. Nesse sentido, nosso trabalho estabelecerá “momentos circulares” os quais, ressaltamos, não se definem como etapas rígidas e fixas, e sim circulares, antes funcionam como meios para se alcançar os objetivos do trabalho, pois ainda que estejam articulados, são interdependentes. Esses “momentos circulares” se caracterizam, justamente, por permitirem serem revistos, reavaliados e reconfigurados de acordo com os contextos e andamento da pesquisa.

- Para tanto, o trabalho estabelecerá a revisão bibliográfica de conceitos e categorias de análises em questão (fundamentação teórica-conceitual); já em estruturação.
- Pesquisa de campo com observação participante através da investigação militante que nos possibilita observar as experiências, vivências e ativismo, e caminhos percorridos através das práticas espaciais de re-existências e ações políticas, mobilizações e estratégias-organizativas sociais e culturais do movimento social.



- Entrevistas semiestruturadas serão apresentadas as investigadas, em que os casos paradigmáticos serão possíveis metodologicamente enquanto paradigma na compreensão dos fenômenos e contextos mais amplos do movimento social. Será realizado de forma *sentipensante*, dialógica e com a escuta sensível, pois, estas além de flexíveis, permite uma interação recíproca com as investigadas, a fim de responder e conjugar os objetivos propostos para o nosso trabalho.
- Será feita a análise e interpretação teórica dos dados e das entrevistas coletadas buscando conjugar as trajetórias socioespaciais das investigadas, a partir da sua atuação política, social e cultural no Movimento de Mulheres Negras do Rio de Janeiro e o contexto histórico da luta social grafada no espaço por elas.

Por fim, saliento que o valor da informação adquirida com a sujeita da pesquisa se define pelo significado desta para o conjunto de informações no trabalho. Assim, as informações obtidas nos momentos da participação observadora e conversa informal serão tão importantes e legítimas como as procedentes dos instrumentos usados.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este trabalho é fruto da minha pesquisa de doutorado e se encontra em estágio de desenvolvimento e em profunda estruturação e como dito anteriormente, as revisões bibliográficas de conceitos, categorias de análises estão sendo realizadas, como as dimensões das políticas de escalas, das práticas espaciais de r-existências, raça, e de como o movimento social se estabelece no espaço geográfico sobretudo por meio das interseccionalidades e relacionalidades<sup>8</sup> nos ajuda a conceber o espaço sobre diferentes entrecruzamentos de opressões, desigualdades estabelecidas na globalização sobre margens e/ou fronteiras e hierarquização de raça, gênero, classe social e orientação sexual em suas “experiências vividas”(COLLINS, 2020, pág.53).

---

<sup>8</sup>A ideia da relacionalidades atravessa muitas pesquisas e práticas interseccionais, nós a colocamos como conceito pela sua relação de sinergia entre investigação e práxis como dimensão da interseccionalidade (COLLINS 2020, pág. 72)



Algumas ações do Movimento de Mulheres Negras encontramos a partir dos levantamentos bibliográficos em teses, livros, artigos, jornais e sites (redes sociais) e etc., através de suas ações e dinâmicas socioespaciais em seus territórios de ação. O nosso entendimento é de que o crescimento político e a visibilidade do FEMN<sup>9</sup>/RJ, se deu pelas suas práxis políticas, articulações, mobilizações, agendas e estratégias-organizativas em diferentes escalas de ação enquanto movimento social emancipatório em defesa das novas lutas territoriais<sup>10</sup> capilarizando outros sujeitos políticos para suas reivindicações e proposições políticas, nas instâncias de poder, em benefício da população negra, sobretudo, para as mulheres negras.

Com as práticas espaciais de r-existências em seus territórios de atuação os diversos grupos/coletivo/organizações intermunicipais do Estado do RJ produz formação educacional, política, cultural, através de seminários, manifestações, encontros nacionais e internacionais de mulheres negras permeadas pelos “saberes indenitários, políticos, estético-corpóreos, que reeducam as identidades, a relação da corporeidade e a própria ação política do Movimento de Mulheres Negras” (GOMES, 2017, p. 56). Dessa maneira, os ganhos políticos e de visibilização da atuação do FEMN/ RJ, foi crescente em números de entidades e mulheres negras provocando novos debates e forças políticas para ações no território, tornando-se uma “referência material e simbólica de vida, de identidade e resistência” (CRUZ, 2014, p. 37) nesses corpos políticos que entendemos como uma territorialização das lutas sociais e grafadas no espaço, sobretudo depois da 1º Marcha Nacional das Mulheres Negras em Brasília.

Com a entrada das mulheres negras nos espaços de conselhos públicos, secretarias, assessorias, há uma ampliação de “vozes” de mulheres negras em instâncias da política fluminense/carioca, e isso se dá através de ações no campo da política institucional, por meio de campanhas eleitorais para o executivo e legislativo do estado, como, por exemplo : Minha voz, Meu voto (2016) e Eu voto nas Pretas (2018). Essas campanhas conseguiram juntar um número de representações de mulheres negras, debatendo a pauta do FEMN/RJ, jamais visto a nível estadual. Embora esses números

---

<sup>9</sup> O Fórum Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro (FEMN/RJ) foi criado no final dos anos 80 como decorrência do processo de mobilização na realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras que aconteceu em Valença (RJ), em dezembro de 1988.

<sup>10</sup> Segundo Raul Zibechi (2005, p. 200) “(...) é a partir dos seus territórios que os novos atores elaboram projetos de longo alcance, entre os quais se destaca o de produzir e reproduzir a vida”. Assim, podemos afirmar que as novas lutas sociais são, sobretudo, lutas territoriais.



sejam importantes, é no ano de 2017, que o FEMN/RJ consegue, via suas ações e articulações políticas, o Fórum<sup>11</sup> Permanente de Diálogo com as Mulheres Negras na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, tendo como acolher, de forma constante, as demandas de políticas públicas contra o racismo e pela igualdade racial e social.

Estas foram até aqui, alguns resultados da nossa pesquisa no doutorado, que à medida que ganha robustez em sua estrutura via discussões teórico-metodológicas e conceituais, a partir de epistemologias calçadas no campo da Geografia, Sociologia, Filosofia, História entre outras áreas, passa pelo processo contínuo da pesquisa e ter reflexões antes não entendidas e o seu percurso vai se fortalecendo e compondo as faltas, as dúvidas e abrindo caminhos para outros processos de amadurecimento do trabalho. Porém, com as devidas intervenções e processos externos ao trabalho, que foi e está sendo o momento pandêmico<sup>12</sup> que estamos vivenciando em nosso país e o mundo, algumas análises ainda estão em processamento e mudanças foram realizadas e balizadas para sanar tais transtornos, mas nada que mude o foco, o conteúdo, a estrutura e os objetivos do nosso trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho, buscou-se analisar as organizações, grupos e/ou coletivos que fazem parte do Movimento de Mulheres Negras do Rio de Janeiro (FEMN/RJ), através de suas práticas espaciais de r-existências (PORTO GONÇALVES, 2006, pág.26), voltadas para as experiências, vivências e ativismos no Rio de Janeiro, em face à emergência da luta por uma política pública antirracista e antissexista direcionadas à população negra do Rio de Janeiro. Compreendemos os desafios, os enfrentamentos encontrados contra toda forma de opressão e discriminação vivenciadas por estas

---

<sup>11</sup>Ver: <[https://odia.ig.com.br/\\_conteudo/rio-de-janeiro/2017-07-31/alerj-cria-forum-estadual-demulheres-negras.html](https://odia.ig.com.br/_conteudo/rio-de-janeiro/2017-07-31/alerj-cria-forum-estadual-demulheres-negras.html)>. Acesso em: 12 jul. 2020.

<sup>12</sup> Vivemos desde março de 2020 a manifestação de um vírus nomeado SARS-CoV-2 (do inglês Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2) em que promoveu a morte de mais de 600 mil brasileiros até outubro de 2021. E uma mudança brusca nas relações entre as pessoas e as instituições, obrigando o uso de máscara, distanciamento social e uma promoção de vacinação que foi mal organizada pelo governo do Jair Bolsonaro, presidente do país no momento da calamidade mundial.





mulheres negras organizadas politicamente, que na sociedade moderna/colonial, são invisibilizadas, silenciadas e subalternizadas e o único caminho que se prospecta, para busca dos seus direitos e humanidades é através das lutas grafadas no espaço e território.

As experiências vividas através das ações políticas, mobilizações por meio das práticas espaciais de r-existências advindas deste movimento social, ganha contornos de identidades (busca de sentidos e fortalecimento) e reafirmam pactos para suas agendas de lutas e avanço para sua emancipação e justiça social. Partindo desta reflexão, pensar nestes movimentos sociais, e se inserir em um paradigma *outro*, de ruptura, a fim de entender as relações constituintes e constituidoras do espaço geográfico. Surgir, então, a partir dos estudos que subsidiam a formulação deste trabalho, algumas considerações acerca do Movimento de Mulheres Negras no Rio de Janeiro.

Afirmamos, portanto, ser reflexões relevantes no reconhecimento e partindo da afirmação das diferenças das sujeitas, investigadas e interlocutoras de novos processos críticos e compreendemos que nem sempre elas são partícipes de pesquisas enquanto sujeito e/ou “objeto” na área da Geografia brasileira e portanto, suas contribuições via os movimentos sociais, através de suas escalas de ações por suas experiências, ações políticas e mobilizações, nos provoca para novos horizontes, de um pensamento descolonial de outros conhecimentos, metodologias vinculados à teoria e práxis para construção de uma geo-grafia descolonial advinda desse movimento social.

## REFERÊNCIAS

BARTHOLL, Timo. **Por uma geografia em movimento**: a ciência como ferramenta de luta. Ciclo I (saberes, territórios, movimentos). Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

BORSANI, María Eugenia. História, memoria, y genocidio: lectura decolonial de la lógica moderna de exterminio. **Bresciano, JA (comp.), La memoria histórica y sus configuraciones temáticas. Una aproximación interdisciplinaria, Montevideo, Ediciones Cruz del Sur, 2011.**

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2008.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: a situação a mulher negra na América Latina, a partir e uma perspectiva de gênero. In: **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano ED., 2003



CIRQUEIRA, Diogo Marçal; CORRÊA, Gabriel Siqueira. Questão étnico-racial na geografia brasileira: um debate introdutório sobre a produção acadêmica nas pós-graduações. **Revista da ANPEGE**, v. 10, n. 13, 2014, p. 29-58.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, vol. 10, nº 1, 2002; pp. 171-187.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Intersectionality**. John Wiley & Sons, 2020.

CRUZ, Valter. C. **Movimentos sociais, identidades coletivas e lutas pelo direito ao território na Amazônia**. In: Onildo Araújo da Silva; Edinuzia Moreia Carneiro Santos; Agripino Souza Coelho Neto. (Org.). *Identidade, Território e Resistência*. 1.ed., Rio de Janeiro: Consequência, v. 1, 2014, p. 37-72.

\_\_\_\_\_; OLIVEIRA, Denílson Araújo. **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimento social como categoria geográfica**. Terra Livre. São Paulo: AGB, n. 15, 2000 p. 59-85.

\_\_\_\_\_. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais : **Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. En: OSAL : Observatório Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires : CLACSO, 2005.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. São Paulo: **Editora Vozes Limitada**, 2017.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. **Rio Negro de Janeiro: olhares geográficos de heranças negras e o racismo no processo-projeto patrimonial**. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado apresentada à Universidade Federal da Bahia–UFBA, Salvador, 2015.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**, p. 127-167, 2007.

MALHEIROS, B. C; CRUZ, V. C. Geo-grafias dos grandes projetos de des-  
envolvimento: territorialização de exceção e governo bio/necropolítico do território. In: Niterói: **GEOgraphia**, vol. 21, n.46, 2019.



MCKITTRICK, Katherine. **Demonic Grounds: black women and the cartographies of struggle.** Minnesota: University of Minnesota Press, 2006.

MELLUCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, n.17, 2001.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais / Projeto globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.** Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas**, MS, v.1, n. 3, ano 3, mai., 2006. p. 05-26.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**, 2007, p. 93-126.

RATTS, Alex. Gênero, raça e espaço: uma abordagem de trajetórias de mulheres negras In: SILVA, M., & SILVA, J. **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial.** Ponta Grossa: Toda Palavra, 2014, p. 333-354.

SANTOS, Renato Emerson. **Movimentos sociais e geografia: sobre a(s) espacialidade(s) da ação social.** Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

\_\_\_\_\_, SOETERIK, Inti Maya. Escalas da ação política e movimentos sociais: o caso do Movimento Negro Brasileiro e a emergência de políticas educacionais de combate ao racismo. **GEOgraphia**, v. 17, n. 33, p. 69-97, 2015.

SILVA, Ana Beatriz. **“Coisa de mulher” e “Criola”: um estudo sobre aprendizagens decoloniais em ONGs de mulheres negras.** UNIRIO (RJ). **Dissertação de Mestrado.** 2018.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

ZIBECHI, Raúl. Espacios, territorios y regiones: la creatividad social de los nuevos movimientos sociales en América Latina. **Contrahistorias.** La otra mirada de Clío, v. 3, n. 5, , 2005, p. 39-60

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re) existir y (re) vivir**, 2013.